

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.894 - SP (2018/0157011-5)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : LLOYDS TSB BANK PLC
ADVOGADOS : LUIZ ROBERTO PEROBA BARBOSA - SP130824
ANDRÉA MASCITTO - SP234594
CRISTINA MARI FUNAGOSHI E OUTRO(S) - SP331284
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Lloyds Tsb Bank PLC. contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto em oposição ao acórdão do TRF da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 171):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS JÁ INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA. IMPOSSIBILIDADE - ART. 74, § 3º, III, DA LEI N. 9.430/96. INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL E OMISSÃO.

1. Caso em que são manifestamente improcedentes os presentes embargos de declaração, pois não se verifica qualquer erro material ou omissão no julgamento impugnado, mas mera contrariedade da embargante com a solução dada pela Turma, que reconheceu, expressamente, que "*com razão o E. Juízo "a quo" ao ressaltar que o cabimento da prova pericial, no caso em apreço, reclamaria a prévia demonstração de que a compensação realizada pelo contribuinte foi válida, em plano onde a controvérsia se reservaria ao ângulo aritmético. Caso contrário, porém, o destes autos, no qual, como se denotará, ressentir-se de validade a compensação intentada pela parte ora apelante, solúvel em grau jurídico e objetivamente documental*".

2. Consignou-se, ademais, que "*põe-se a compensação tributária a depender, consoante os artigos 170 e 170-A, CTN, da simultânea presença de certeza, liquidez e exigibilidade do crédito particular envolvido, além de reger-se por estrita legalidade tributária a respeito*".

3. Concluiu-se, inclusive pela eficácia temporal do artigo 74 da Lei 9.430/96, que "*a par de qualquer debate a respeito da efetiva existência de crédito a compensar, observa-se que a compensação realizada, de fato, carece de validade, máxime porque inobservada material e temporalmente, pelo contribuinte, a vedação esculpida no art. 74, § 3º, inciso III, da Lei n. 9.430/96, destacando-se que os créditos executados firam inscritos em Dívida Ativa em 24/03/2004 e 30/07/2004 (fls. 89/98), ao passo que a compensação intentada se deu apenas em 03/11/2004 (fls.67)*".

4. Não houve qualquer omissão no julgamento do agravo inominado, revelando, na realidade, a articulação de verdadeira imputação de erro no julgamento, e contrariedade da embargante com a solução dada pela Turma,

Superior Tribunal de Justiça

o que, por certo e evidente, não é compatível com a via dos embargos de declaração. Assim, se o acórdão violou os artigos 5º, inciso LV, da CF; 156, II, 165, 168 e 170, do CTN; 3º e 16, § 3º e 16, § 3º, da Lei 6.830/80; 66, caput e § 1º, da Lei 8.383/91; 74, caput, da Lei 9.430/96; 20 e 714, inciso VI, do CPC; 940 do Código Civil, como mencionado, caso seria de discutir a matéria em via própria e não em embargos declaratórios.

5. Para corrigir suposto *error in iudicando*, o remédio cabível não é, por evidente, o dos embargos de declaração, cuja impropriedade é manifesta, de forma que a sua utilização para mero reexame do feito motivado por inconformismo com a interpretação e solução adotadas, revela-se imprópria à configuração de vício sanável na via eleita.

6. Embargos declaratórios rejeitados.

O recorrente alega ofensa aos arts. 20, 535, *caput*, e II, e 714, VI, do Código de Processo Civil/1973; 156, II, 165, 168 e 170 do Código Tributário Nacional; 3º e 16, § 3º, da Lei n. 6.830/1980; 66 da Lei n. 8.383/1991; 74, *caput*, da Lei n. 9.430/1996; e 940 do Código Civil/2002.

Afirma que "o juízo não se deteve à narração dos fatos, à comprovação do direito e, em especial, às regras aplicáveis à época à compensação enquanto causa extintiva do débito tributário, muito embora se tratasse de ponto crucial ao adequado deslinde da causa" (e-STJ, fl. 343).

Sustenta que, conforme demonstrado na inicial, os débitos objetos da presente ação encontram-se extintos pela compensação com créditos decorrentes de recolhimento a maior do mesmo tributo nos períodos de apuração de junho e julho de 1994.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 357/358

Impugnados os fundamentos da decisão agravada, conheço do agravo e passo a examinar o apelo nobre.

Registro, de logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/73. OFENSA NÃO CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DETENTO QUE TERIA SOFRIDO AGRESSÃO DURANTE O PERÍODO DE CUSTÓDIA. OMISSÃO ESTATAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS. VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Superior Tribunal de Justiça

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

[...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.090.082/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/9/2019, DJe 3/10/2019)

Ademais, o aresto combatido está baseado nos seguintes fundamentos:

De sua parte, reflete a compensação cabal encontro de contas, no qual a posição de credor e de devedor, em relações materiais diversas, é alternada entre as partes, oposta e reciprocamente.

Também neste passo, oportuno recordar-se põe-se a compensação tributária a depender, consoante os artigos 170 e 170-A, CTN, da simultânea presença de certeza, liquidez e exigibilidade do crédito particular envolvido, além de reger-se por estrita legalidade tributária a respeito.

[...]

Embora a vedação expressa ao tema compensatório em embargos à execução fiscal, § 3º do art. 16, LEF, pacifica o E. STJ por sua excepcional admissibilidade, quando efetivamente demonstrada, de modo cabal, sua ocorrência.

No particular em análise, então, a par de qualquer debate a respeito da efetiva existência de crédito a compensar, observa-se que a compensação realizada, de fato, carece de validade, máxime porque inobservada material e temporalmente, pelo contribuinte, a vedação esculpida no art. 74, § 3º, inciso III, da Lei n. 9.430/96, destacando-se que os créditos executados foram inscritos em Dívida Ativa em 24/03/2004 e 30/07/2004 (fls. 89/98), ao passo que a compensação intentada se deu apenas em 03/11/2004 (fls. 67) :

[...]

Deste modo, indemonstrada a escorreição da invocada compensação, inabalada resta a presunção legal de liquidez e certeza de que desfruta o título em pauta, parágrafo único do art. 204, CTN.

Logo, impositiva a manutenção da r. sentença, tal como lavrada, improvendo-se, por conseguinte, ao apelo interposto.

Portanto, em âmbito de prequestionamento, refutados se põem os demais ditames legais invocados em polo vencido, tais como os artigos 156, II, CTN e 16, da Lei n. 6.830/80, que objetivamente a não socorrerem, com seu teor e consoante este julgamento, ao mencionado polo (artigo 93, IX, CF).

Assim, verifica-se que o Tribunal *a quo* entendeu pela inviabilidade da compensação, visto que inobservada a vedação esculpida no art. 74, § 3º, III, da Lei n. 9.430/1996. Esse fundamento não fora impugnado pela parte agravante, atraindo, portanto, o óbice da Súmula 283 do STF.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL SOBRE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ.

[...]

3. Ademais, a falta de impugnação objetiva e direta ao fundamento central da Corte local em não conhecer da matéria denota a deficiência da fundamentação recursal que se apegou a considerações secundárias e que de fato não constituíram objeto de decisão, a fazer incidir as Súmulas 283 e 284 do STF.

4. A competência dos juizados especiais é fixada com base no valor da causa considerando o litisconsórcio ativo. Precedentes.

5. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.463.911/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/9/2019, DJe 24/9/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator